



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI -SERASA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0972/03	DATA: 16/07/03
INÍCIO: 14h39min	TÉRMINO: 15h47min	DURAÇÃO: 01h08min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h08min	PÁGINAS: 23	QUARTOS: 14
REVISÃO: Marlúcia		
CONCATENAÇÃO: Yoko		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANTÔNIO MORENO - Ex-empresário da cidade de Rolândia, Estado do Paraná.

SUMÁRIO: Audiência pública com o Sr. Antônio Moreno.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 8ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar as atividades da SERASA — Centralização dos Serviços dos Bancos SA. Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 7ª reunião. Estando as cópias já distribuídas, indago se fica dispensada a leitura da mesma.

O SR. DEPUTADO REINALDO BETÃO - Fica dispensada a leitura, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Em discussão a ata. Não havendo quem queira discuti-la, vamos passar à votação. Os Deputados que aprovam a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovada. Comunico a V.Exas. que fiz distribuir — e encontram-se sobre as bancadas — relação dos documentos entregues à Comissão no período de 7 a 15 de julho, os quais determino que constem da ata desta reunião. Esclareço que estão sendo encaminhados aos gabinetes dos membros desta Comissão cópias do convênio celebrado em 15 de outubro de 2002 entre a Secretaria da Receita Federal e o Banco Central do Brasil para o intercâmbio de informações não abrangidas pelo sigilo fiscal e bancário, e da inicial da ação cível pública proposta pelo Ministério Público Federal em face da União Federal, Federação Brasileira de Associações de Bancos e SERASA, bem como da decisão proferida em sede de tutela antecipada e recurso de agravo interposto pelo Ministério Público Federal, encaminhados à Comissão pelo Dr. André de Carvalho Ramos, Procurador da República. Os demais documentos ficarão à disposição dos membros na secretaria da Comissão. *(Pausa.)* Ordem do Dia. A presente reunião destina-se a audiência pública com a presença do Sr. Antônio Moreno, ex-empresário na cidade de Rolândia, Paraná, que apresentará denúncias sobre as ações da SERASA. Antes de convidá-lo a tomar assento à mesa, convoco a Deputada Perpétua Almeida a se fazer presente à mesa na situação de Relatora *ad hoc*, pelo não-comparecimento do Relator, Deputado Gilberto Kassab. *(Pausa.)* Prosseguindo, convido a tomar assento à mesa o Sr. Antônio Moreno. *(Pausa.)* Esclareço que a presente reunião se realiza em razão da aprovação de requerimento da Deputada Perpétua Almeida. Iniciando os trabalhos, concedo a palavra, por até 20 minutos, ao Sr. Antônio Moreno, para suas considerações



iniciais. Esta Presidência esclarece ao Sr. Moreno que não há problema em ultrapassar o tempo em até 20 minutos, além dos 20.

O SR. ANTÔNIO MORENO - Fico muito agradecido. Quero cumprimentar todos, respeitosamente a S.Exas. os Srs. Deputados e quero ser bastante objetivo, já passando diretamente ao assunto. No ano de 1994, eu me transferindo de Tangará da Serra para Rolândia, onde montei uma indústria madeireira no ramo de confecção de móveis em geral: de madeira, de fibra de vidro, de ferro etc. Nós, dependendo de um financiamento bancário, me dirigi ao banco e lá constatei que havia alguma coisa contra mim no banco BAMERINDUS. Como eu tinha a convicção de que eu não tinha pendência alguma, eu fui ao balcão da SERASA em Londrina e lá me dirigindo procurei pelo funcionário para que tomasse a providência de fazer uma retificação no que lá estava, porque não correspondia à verdade. Ele me informou que eu deveria me dirigir ao cartório em Tangará da Serra, tirar uma certidão e levar a eles. Eu informei a eles que, como não partiu de mim aquela informação, que era uma informação dada por eles, eles que tomassem essa providência e que fossem eles a Tangará da Serra, o que não fizeram. Então nós entramos com uma ação inominada, procurando corrigir esse fato errado que estava causando prejuízo a mim. Passados os 30 dias decorrentes da ação normal, o advogado da SERASA veio na ação dizer que a informação era verdadeira e que eles tinham 26 anos de experiência no ramo e não dariam uma informação negativa se ela não fosse verdadeira. Eu provei que a informação não era verdadeira, que a informação era negativa — aqui está cópia do processo. Esse processo tramitou em Londrina, no Tribunal de Alçada em Curitiba, no Supremo Tribunal Federal, aqui em Brasília, e voltou, e está aqui a prova de que verdadeiramente a informação era errada, negativa. Eu tenho ainda a acrescentar que, além disso tudo, a SERASA dá uma informação no balcão mas, quando se pede uma informação no banco, a informação não confere, a informação da SERASA no balcão é uma e a informação no banco é outra, e posso informar aos senhores porque fui gerente de banco durante 15 anos: fui gerente do BAMERINDUS e fui gerente do Banco Nacional, e então tenho bastante conhecimento e sei o que estou falando. No decorrer dos trabalhos, espero ter outras oportunidades, porque há muita coisa aqui de estarrecer: há um documento do Banco Central que anexaram ao processo para se



defender, ou melhor, para acusar, documentos que eu sei que qualquer outro cidadão jamais teria conseguido, e estão aqui, evidentemente para que sirvam de prova, para que os senhores tomem conhecimento. Mais algumas outras informações mais ou menos dentro desse desvio de conduta, que está tudo comprovado aqui... Então, eu tenho a lamentar que a SERASA preste um desserviço ao País. Tenho procurado, através da Internet e através de outros meios ações que tenham em todo o Brasil e cheguei à conclusão de que passam de mil ações nos Tribunais Regionais dos Estados, isso retirado da Internet. Bem, esse é um caso geral, mas quero voltar ao meu específico. Passando por essa situação, eles moveram uma campanha difamatória contra mim. Os meus vencimentos bancários venceram, e está aqui comprovado o vencimento antecipado, está escrito vencimento antecipado... Não tive condições de negociar, vendi propriedades para quitar débitos, nem todos consegui pagar a tempo, e eles entraram com ações de execução executando de tudo quanto foi maneira possível; fizeram um terror psicológico, um terror no mais amplo sentido da palavra. Que eu era uma pessoa bem conceituada em Londrina — está aqui o nosso amigo o Deputado Alex Canziani, que talvez tenha ouvido falar em meu nome por lá — e, no entanto, hoje, em Londrina, eu sou uma pessoa mal conceituada, como mau pagador, tudo em virtude da ação dessa SERASA. Ainda tenho a acrescentar sentenças dadas aqui que eu quero que os senhores analisem com calma, em que o juiz concorda que tudo está correto e dá uma sentença negativa. Isso está aqui; eu não quero sugerir que seja isso ou aquilo, mas os senhores vão ver. Então, até queria, na oportunidade, indicar também que essas pessoas viessem dar explicações desses atos, porque são atos que ferem... E aqui, como é a Casa do Povo, tomei a liberdade, através da nobre Deputada Perpétua, e ela ouvindo meu clamor e vendo minha situação. Sou uma pessoa de 60 anos e nunca me furtei ao trabalho, sempre com dignidade, com respeito, não bebo, não fumo, tenho bons procedimentos, sou cristão, e me vejo numa situação assim, bem difícil, porque um órgão do quilate da SERASA, onde está aqui comprovado que pertence a 83 bancos, que aqui está o contrato social deles, fazer pressão em cima de um elemento com eu evidentemente que não tem nem termo de comparação não é? É muito difícil, porque eles têm um poder financeiro, têm um poder de influência muito grande, porque ninguém quer



ficar mal com os grandes poderes financeiros; ninguém vai ficar do lado de um “pequeno” — entre aspas — para atacar um banco, para ficar do lado de um banco. Mas, como a minha fé é grande e minha luta também não fica por menos, aqui estou nesta Casa, que honra nosso País, que honra o Brasil, porque aqui há gente com dignidade — e tanto é verdade é eu estou aqui, um cidadão pequeno na expressão da palavra, e estou aqui falando para os senhores. Mas aqui estão os documentos para, em outra oportunidade, voltar a falar, porque senão vou tomar muito tempo e não sei se esse seria o caso agora.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Pode continuar.

O SR. ANTÔNIO MORENO - Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Pode.

O SR. ANTÔNIO MORENO - Bom, quanto às ações do BANESTADO — enquanto o BANESTADO dava esse rombo desse tamanho — eu tenho aqui outra ação movida pelo BANESTADO, na mesma época, contra mim. Está aqui a ação, completa do princípio ao fim, e se os senhores a pagarem vão ver que a época confere com a época em que eles anteciparam os vencimentos... Em virtude de ação negativa sua na SERASA estão antecipados os vencimentos dos seus débitos — está aqui escrito, só não cita a SERASA, evidentemente que não cita o nome, mas cita que estão antecipados os vencimentos. E evidentemente não tive condições de quitar no prazo; executaram, entraram com ação, executaram, lutei na Justiça de uma forma muito precária, porque até foi por gentileza de um advogado de Londrina, que me deu atendimento, me socorreu, fez o que pôde, mas também não com muito empenho, porque ele também tinha os compromissos dele, as coisas dele, mas foi atendendo. Aqui há uma outra ação, que também está aqui, para que os senhores tomem conhecimento: até o despejo de onde eu morava eu fui despejado — não cheguei a ser despejado porque evidentemente tomei as providências para que isso não acontecesse, mas aqui está. E aqui está o documento de terra do Mato Grosso que, enquanto se passou isso, Fazenda de São Paulo grilou minhas terras no Mato Grosso e estão lá griladas para quem quiser ver. Fazenda Reunidas, no Município de Brasnorte, em Mato Grosso. Então, está lá: 2.000 alqueires de terra que perdi, tudo em virtude da ação da SERASA. Agora vêm as ações, esse juiz deu uma sentença que eu quero que os senhores depois



analisem com calma, porque está aqui: o Tribunal de Alçada do Paraná seguiu a mesma linha, concorda que tudo está correto, mas que eu não tive prejuízo nenhum. Eu não tive prejuízo nenhum; perdi tudo que tinha, fui para a rua e eu não tive prejuízo. Então, são coisas assim que me deixam bem magoado, bem pensativo, bem preocupado, mas com uma vontade ferrenha de continuar, continuar mesmo, até o final. Esses documentos ficarão aqui, e eu estarei aqui, e esses documentos deixarei aqui, para que minhas citações sejam comprovadas nos documentos. Deixem eu ver alguma coisa mais que eu tenha anotado... *(Pausa.)* É, isto aqui: antes eu tinha cheque especial do BANESTADO, do Banco Boavista, dos bancos... Eu fiz correspondência endereçada ao Banco do Brasil, aqui em Brasília; ele me respondeu — está aqui a resposta —, a respeito dessa... Ah, muito bem, o advogado da SERASA, Dr. João Nicolau, faleceu no dia 10 de janeiro de 2002. Até o dia 15 de outubro eles não haviam nomeado o substituto. Aí entraram com requerimento em juízo pedindo prazo para apresentar o substituto. Depois de 10 meses. Aí pediram prazo para apresentar o substituto. E apresentaram, e até hoje a procuração do substituto não está nos autos. Quer dizer, isso é um privilégio para a SERASA. Eu tenho certeza absoluta, pelo menos creio, que seria difícil eles darem esses privilégios a outras pessoas. No entanto, eles têm. Em parte, se leva a acreditar até porque, porque realmente sendo uma firma pertencente aos bancos, eles vão cumprir mais hoje ou mais amanhã. Mas não deixa de ser um desvio de conduta. Porque se a lei é cega e tem que pesar igual, ela está usando dois pesos e duas medidas, porque os privilégios que concederam a eles não concederam a mim. Documentos do Banco Central que eles retiraram — e estão aqui as cópias — eu jamais tive possibilidade nem de perguntar. Certidão que eu tirei na SERASA e depois tirei no banco, está aqui também para conferir, que uma é de um jeito e a outra é de outro. Então, a conduta eu acho esquisita. Fico muito agradecido pela atenção. Se for necessário, estou aqui para responder a qualquer pergunta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reinaldo Betão) - Dando prosseguimento aos trabalhos, eu concedo a palavra à Deputada Perpétua Almeida, autora do requerimento.



A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Antônio Moreno, para mim é sempre constrangedor ver um cidadão, na idade que o senhor está hoje, ter que passar por uma situação dessa, quando os homens e mulheres de 60 anos hoje já gostariam de ter um pouco mais de tranqüilidade na vida, pelo trabalho que fizeram. No entanto, o senhor está correndo atrás de resgatar a sua dignidade que lhe foi retirada. Eu li aqui com calma, e foi distribuído inclusive para os Parlamentares, um relato que o senhor fez. E eu sei que às vezes em situações como essa a gente fica meio inseguro e acaba deixando escapar algumas coisas, que eu acho que o senhor deixou escapar. Então, eu queria pegar um pouco pelo seu relato e fazer-lhe algumas perguntas para ver se o senhor confirma. Eu tenho dito nestas sessões desta Casa, companheiros e companheiras, Sras. e Srs. Parlamentares, que os relatos aqui feitos nas oitivas que esta CPI está realizando são de uma situação que a gente, como Parlamentar, a gente de certa forma se envergonha de ver a legislação brasileira ser tão desrespeitada da forma como ela vem sendo. Recebi aqui um livro do Deputado Reinaldo Betão, que vou dar uma lida nele, Já é uma segunda edição, das práticas abusivas da SERASA e do SPC. Só para os senhores terem uma idéia de que isso não está começando agora por nós. Outros cidadãos e outras pessoas já estão reclamando dos abusos da SERASA. Então, Sr. Antônio, eu estava lendo aqui o seu relato. O senhor coloca que em 1994 era um cidadão próspero. O senhor mesmo já disse que já foi gerente do BAMERINDUS, já foi gerente do Banco Nacional...

O SR. ANTÔNIO MORENO - É verdade.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - ... e coloca que tinha uma fábrica de madeira e de fibras de vidro, de mármore sintético.

O SR. ANTÔNIO MORENO - Isso. Correto.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E o senhor e o seu sócio buscavam já fabricar brinquedos e parques infantis.

O SR. ANTÔNIO MORENO - Perfeito.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E para melhorar o negócio, vocês teriam ido ao BAMERINDUS buscar o empréstimo. O senhor confirma isso?

O SR. ANTÔNIO MORENO - Confirmo, perfeitamente.



A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Chegando lá, o senhor viu que não podia fazer o empréstimo porque o seu nome estava na SERASA?

O SR. ANTÔNIO MORENO - Perfeitamente. Corretamente.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E a partir daí, então, o senhor foi questionar à SERASA, e eles alegaram que tinham 26 anos de trabalho, e que as informações lá prestadas eram verdadeiras. Eles provaram essas informações para o senhor?

O SR. ANTÔNIO MORENO - Não, pelo contrário; eles provaram que eles não estavam certos, tanto é que perderam a ação.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Certo. A partir daí, o senhor moveu uma ação na Justiça e o senhor ganhou essa ação contra a SERASA.

O SR. ANTÔNIO MORENO - Perfeitamente. Está aqui.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Eu queria que o senhor contasse aqui... Até onde pude perceber, a SERASA foi condenada a lhe pagar 500 salários mínimos.

O SR. ANTÔNIO MORENO - Perfeitamente.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Eu queria que o senhor contasse aqui, em detalhes, como foi sua vida a partir desse momento; como ficou sua cabeça, como ficou sua família nisso tudo, a partir do momento em que o senhor se viu obrigado, para não ser despejado, a fazer negociação com a SERASA para poder receber... Como é que foi? O senhor recebeu os 500 salários mínimos? Não recebeu? Eu quero que o senhor conte, mais à frente, e quero que o senhor conte também como é que foi o processo quando o senhor tentou se reerguer, quando sua esposa e sua filha montaram uma nova empresa, tentaram fazer um novo empréstimo, como foi esse processo. Quero que o senhor conte também aqui como é que foi a questão, que eu li aqui, que envolve uma máquina que o senhor tinha e que deu... O senhor queria que essa máquina fosse garantia de um empréstimo de 30000, parece-me que o senhor não conseguiu. Quero que o senhor conte essa história.

O SR. ANTÔNIO MORENO - Perfeitamente.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E como essa mesma máquina depois serviu para quitar uma dívida, no mesmo banco, no valor de 500.000.



O SR. ANTÔNIO MORENO - Perfeitamente.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Queria que o senhor contasse mais detalhadamente como foi sua vida a partir daí, com esses exemplos, para que os demais Parlamentares tenham clareza de como foi sua vida a partir daí.

O SR. ANTÔNIO MORENO - Perfeito. Realmente, então, no auge dessa situação toda, nós montamos uma outra firma, em nome da minha esposa e da minha filha, e eu fiz um negócio no Mato Grosso e troquei um pedaço de terra, pequei uma máquina de arroz, com o terreno etc. etc. Coloquei em nome da minha esposa e da minha filha e pleiteei um plano PROJER, do FAT. Fiz no SEBRAE todo o processo, tudo direitinho, e chegou até certo ponto tudo aprovado pela Prefeitura, pelos órgãos competentes. Quando chegou ao banco, não houve aprovação. Aí arrumaram mil desculpas, só nunca falaram claramente que era por causa da SERASA, porque o meu nome estava na SERASA. Mas, passados alguns dias... Quer dizer, definitivamente aquilo não prosperou, não teve jeito. Então, eu negocieei essa máquina com outro senhor que tinha um débito, no mesmo banco, de 500.000 reais — esses documentos estão todos aqui, tanto os projetos feitos para o banco como as escrituras do terreno. Aí o banco aceitou para pagar uma dívida de 500.000 reais: o que ele não aceitou para cobrir um empréstimo de 30.000 reais ele aceitou para quitar uma dívida de 500.000, e está aqui a documentação. Não estou falando da boca para fora porque os documentos estão aqui para comprovar. Como disse a Deputada, realmente os senhores podem observar que eu não tenho assim o traquejo, e ainda mais me sentindo numa Casa com esta aqui, então os nervos se agitam um pouco, mas..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Sr. Moreno, para o senhor ficar tranqüilo, e já que o senhor é o único convidado de hoje, esta Presidência abre o precedente de a Deputada, que já é a primeira, como autora do requerimento e a primeira da lista a lhe fazer considerações e perguntas, para que a Deputada possa perguntar e o senhor responder, num breve pingue-pongue, como chamamos aqui, para que o senhor fique mais tranqüilo e possa responder com clareza o que lhe for perguntado.

O SR. ANTÔNIO MORENO - Ótimo, e eu fico agradecido. Bem, então, chegou a esse ponto, e estão documentadas as escrituras, inclusive a escritura que



foi lavrada a favor do Banco do Brasil, está a cópia dela aqui dentro, pagando a dívida de uma terceira pessoa, que foi vendida. E então isso encerra esse detalhe. Ainda a pergunta que V.Exa. havia feito, que eu fiz uma negociação com a SERASA. Verdadeiramente, eu cheguei a um ponto que não tinha mais, não tinha mais alternativa nenhuma. Aí não tinha alternativa nenhuma mesmo. Então o meu advogado chegou a mim e disse: *“Olha, eu não vou advogar mais para você. Hoje é o último dia que eu estou advogando”*. Então aquele advogado que estava me ajudando também desistiu, e aí eu fiz um acerto com a SERASA. A SERASA me deu 100.000 reais. O valor que atingia, como está aqui no processo, dava em torno de 1 milhão e 400 mil. Ainda que deduzisse alguma coisa, foi feito um acerto de 100.000 reais, que está também tudo configurado aqui. Bom, acontece que o juiz da época, que não é o que está atualmente, não concordou, não homologou o acordo, porque não concordou. Achou que era um absurdo tão grande que ele não concordou. Ele não homologou, mas conseguiram tirar o juiz de lá. Não posso também afirmar categoricamente que tenha sido a SERASA. Seria injustiça da minha parte se eu falasse isso. Mas a verdade é que esse juiz saiu e entrou outro no lugar. E aí o meu processo foi para o fundo do baú.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sr. Moreno, só para a gente não perder o fio da meada: a SERASA lhe devia, mais ou menos, por decisão da Justiça, 1 milhão e 200 mil.

O SR. ANTONIO MORENO - Exato.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - O senhor, por aperreio ou porque não tinha outra alternativa, o senhor negociou para receber 100.000 reais.

O SR. ANTONIO MORENO - Cem mil reais.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - O senhor recebeu?

O SR. ANTONIO MORENO - Recebi. Seriam só os 500 salários mínimos por danos morais. Os danos materiais ficaram tudo fora. Só os danos morais que foram estipulados pelo juiz e confirmados até pelo Superior Tribunal de Justiça aqui de Brasília que seriam os 500 salários mínimos de indenização por danos morais e danos materiais a serem apurados em liquidação de sentença. É onde o juiz atual concorda com tudo o que está tudo correto, as escrituras, a documentação, tudo. Concorda que é verdadeiro, mas não reconhece o prejuízo.



A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Eu estou satisfeita. Eu só queria fechar, Presidente, lembrando o seguinte: na semana passada, fiz uma fala na tribuna desta Casa colocando que, por conta dos poderes abusivos da SERASA, os programas do Governo Federal que buscavam reduzir um pouco a exclusão social estavam gravemente ameaçados porque nesses programas normalmente os recursos iam para as agências bancárias, que são donas da SERASA. Na própria ação, o Sr. Moreno confirma, porque ele inclusive deixou de receber um financiamento do FAT do PROGER, que um programa do Governo Federal para ajudar os trabalhadores, pequenos e microempresas. Então para a gente se dar conta de até onde estamos indo com relação aos programas dos governos que já passaram e atualmente do Governo Lula com relação à ajuda e reduzir um pouco a exclusão social no Brasil. Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Conforme a lista de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Almir Moura. Antes passo a Presidência ao Deputado Reinaldo Betão.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Sr. Presidente, esta CPI, como eu disse ao chegar aqui, no dia da instalação desta CPI, eu disse que muitas pessoas chegaram aqui sorratamente. Alguns colegas nossos, inclusive de vários mandatos, olharam para ver o que estava acontecendo, como ia se desenrolar a CPI. Alguns comentaram: *“São todos Deputados novos, não tem problema, não vai dar em nada.”* E agora estão vendo que o trabalho que esta CPI está fazendo é um trabalho sério e que já trouxe a esta Casa depoimentos que caem como verdadeira bomba em cima dessa organização chamada SERASA e também quero deixar claro dos órgãos do Governo Federal, de órgãos do Governo Estadual, de órgãos de trânsito que dão todo o tipo de informação que o contribuinte dá para os Governos passa para a SERASA para que ela venda essas informações a peso de ouro. Isso tem acontecido. Eu já denunciava isso aqui desta CPI. Mas eu quero começar a minha fala pedindo e até agradecendo a imprensa... Eu que tanto lutei para que a imprensa estivesse aqui para ouvir e saber o que está acontecendo — para ser bem moderno —, para ver o que está rolando aqui na CPI e dar divulgação ao povo brasileiro dos desmandos e da atrocidade, da violência que uma junção de bancos está fazendo com a população brasileira e com o contribuinte. Pessoas que estão



sendo massacradas e no dia da instalação desta CPI alguns Deputados disseram que quem seria massacrada seria a SERASA e não homens como o senhor, Sr. Antônio. Mas que homens como o senhor que está aqui emocionado — até estou vendo a sua emoção, o seu anseio por justiça. Disseram que homens como o senhor é que iriam massacrar a SERASA, que tem milhões de pessoas que ela todos os dias recebe para deixar de figurarem o nome na negativação dos dados da SERASA. Verdadeiras fortunas entram todos os dias nos cofres da SERASA. Então o que acontece? Disseram aqui no primeiro dia desta Comissão que a SERASA estava sendo massacrada, ia ser massacrada, o que nós estamos vendo que não é verdade. Agora eu disse na reunião passada que a CPI para mim podia encerrar. Por que podia encerrar? Porque há um contrato da SERASA com o Governo Federal, mais especificamente com a Receita Federal que tem batido a cada mês e a cada ano recordes de arrecadação de que toda a informação prestada pela Receita Federal à SERASA não poderia ser vendida. E a SERASA vende a peso de ouro essas informações que recebe da Receita Federal, do CONTRAN que ontem deu um duro golpe nos motoristas deste País, pensando somente na arrecadação. O CONTRAN regularizou a situação das empresas que cobram multas por produtividade dizendo que as empresas que cobram multas por produtividade agora podem multar automaticamente. Não precisa de ninguém. Pode ter multagem automática. No Rio de Janeiro, chega a ser um absurdo, na Linha Amarela, de colocarem lá... não colocam mais radar, não, colocam multagem eletrônica. É o que está escrito. Todo o mundo pode ver: multagem eletrônica. É o que está escrito ali. Isso é um absurdo, é um acinte com o povo brasileiro e com os motoristas. Então o CONTRAN fez isso, o Sr. Pires fez isso que está me causando indignação. Um motorista trabalha uma semana, muitas vezes para pagar uma multa por um descuido e agora querem tirar todas as placas porque o motorista não pode saber onde tem placa mais dizendo que tem radar ou coisa parecida. Então esse mesmo CONTRAN e os DETRANs, segundo informações que nós tivemos aqui nesta Comissão, mandam também os dados dos motoristas que regularizam seus automóveis para também a SERASA. E eles, na SERASA, alienam muitas vezes os veículos dos cidadãos que ali figuram. Então essas coisas acontecem. Os DETRANs assim também agem. Mas o que acho mais grave é a Receita Federal, que tinha, no



Governo passado, um cidadão que era o xerife da Receita Federal. Era um homem considerado acima de Ministros, que era um homem que estava acima de qualquer coisa, era o arauto da moralidade deste País. Era o homem que estava no Governo passado. Nós verificamos que ele pega e dá isenção de impostos para uma empresa que, segundo nós ouvimos aqui, arrecada 50 bilhões de reais. Nós estamos aqui prontos para poder votar uma reforma tributária que vai onerar, a meu ver, o povo brasileiro, que vai entrar no bolso do cidadão, que vai entrar no bolso das empresas, que pode causar desemprego neste País, para resolver o problema do Governo Federal e dos Governos Estaduais, mais especificamente dos Governos Estaduais. Vamos resolver o problema do Governo Estadual, mas quem não tem o que comer, não tem o que fazer, esse não precisa. Vamos primeiro resolver o problema do Governo Estadual. Não importa se eles fizeram besteira, não importa se fizeram obras eleitoreiras, não importa se começaram obras e não acabaram, não importa se eles deram aquilo que não podiam dar, não importa se eles venderam a alma. Mas nós vamos agora resolver a situação deles com a reforma tributária e reforma previdenciária. Não se cobra nada do que fizeram de errado no passado, mas do cidadão como o senhor é cobrado e é cobrado alto, porque mesmo não devendo, o senhor vê a luta que o senhor está tendo para regularizar o seu nome. Então o que acho grave é a Receita Federal, que devia fiscalizar os seus contratos. Nós já falamos aqui, não sei se ela fez alguma coisa, mas se a SERASA vende, se está vendendo informações, ela está descobrindo, ela quebrou o contrato com a União, está quebrado o contrato com a União, porque o contrato diz especificamente, tacitamente, que é proibida a venda. E aqui ficou praticamente provado nesta CPI que eles vendem as informações que não podiam vender. O que é mais grave: nós vamos votar a reforma, nós vamos votar a reforma dos servidores, não é uma reforma da Previdência para mim, para mim é uma reforma dos servidores do Estado. Vamos votar isso tudo, votar talvez uma carga, um aumento tributário dando isenção para órgãos como a SERASA. Depois do PROER, de 52 bilhões, Deus sabe lá como ou quanto está dando de isenção à Receita Federal para esses órgãos. O que é mais grave: o cidadão, Sr. Antônio, se ele não puder declarar renda porque passou fome o ano inteiro, se ele não puder declarar Imposto de Renda porque teve um filho doente, porque não ganhou nada, porque passou o



ano desempregado, o CPF desse cidadão, Sr. Antônio, ele é cancelado. E para reativar esse CPF, ele paga 4 reais e 50 centavos a 5 reais para reativar. Se o Governo cancelar 10 milhões de CPFs, o Governo vai arrecadar 50 milhões só para reativar. Só para reativar a Receita Federal vai arrecadar 50 milhões. Isso é uma continha simples. Depois que arrecada os 50 milhões dessas pessoas, o que faz? Vai lá e entrega na mão da SERASA. Ele queria o quê? Ele queria informação para passar para a SERASA. E agora temos aqui um jornal, o *Correio Braziliense* de hoje, que tem uma notícia que vai procurar saber direitinho que pode ter alguma coisa com tudo o que está acontecendo aqui, Deputada Perpétua Almeida. Diz assim na sua manchete: *“Guerra ao Terror. Governo compra dados pessoais de 100 milhões de latino-americanos como parte das medidas de segurança tomadas depois de 11 de setembro. Ontem entraram em vigor novas regras de concessão dos vistos americanos. Estados Unidos espionam latinos.”* Quem que a gente acha que... se eu fosse lá da inteligência americana, da CIA, quem que eu procuraria no Brasil para comprar dados? Quem? A gente vai mandar um requerimento lá para a SERASA para saber se ela vendeu alguma coisa, por quanto foi, se ela notificou isso, se ela declarou à Receita. A gente vai pedir também para saber se ela vendeu alguma coisa. Não estou dizendo que vendeu. Mas vamos procurar saber, porque são milhões... estão cobrando e muito. Agora vou fazer a pergunta... e precisava falar isso e precisava também da presença da imprensa para dar notícia dessas coisas que ninguém tem dados. Que a imprensa nos ajudasse a investigar, que a imprensa não só pegasse a verba de patrocínio, de propaganda da SERASA, não. Mas que também nos ajudasse na notícia, contribuindo com o povo. Sei que faz um trabalho de relevância. Então estou aqui agradecido de a imprensa estar aqui. Nós que fomos, não é, Deputada Perpétua, batemos, às vezes, até duro demais na imprensa, porque queríamos — foi maldade com a imprensa — nós queríamos a imprensa no jogo, queríamos a imprensa jogando, queríamos a imprensa fiscalizando, buscando informações ou dando outras que já tem e também cruzando com as informações desta CPI, porque nós sabemos que qualquer órgão da imprensa tem mais poder que qualquer um de nós, Deputados. Se ela tiver fora, tem dificuldade. Então, a venda da informação é proibida. Saber se a SERASA vendeu informação, se por acaso aqui nesse sistema americano para estrangeiro. Isso aqui a gente vai fazer



um requerimento. A carga tributária, eu já falei. Essa troca de juízes, dá para ter uma reforma aí do Judiciário? Eu estive numa audiência pública no Rio de Janeiro, Sr. Presidente, e nós demos uma coletiva. Do que falei, só saíram 4 linhas no *O Globo*. Tinha tantos repórteres, mas ninguém divulgou nada que estava ali. Todo o mundo falava mal da reforma, mal disso, mal daquilo outro, que têm a ver com esse assunto, vocês vão entender. Eu dizia o seguinte: nós temos que defender também não só o Judiciário, que acho que temos que pensar nas emendas, mas defender também aquela mulher que sai 4h de casa lá de Bangu, sai lá de Santa Cruz, sai lá de Matadouro, de Pedra de Guaratiba e vai para o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro ... sai 3, 4 horas da manhã e só volta... chega a casa 9, 10 da noite, Sabe o que acontece, muitas vezes? Tenho alguns documentos, Deputada Perpétua, o próprio escrivão da Justiça errou uma letra, ele manda essa pessoa voltar com esse tempo todinho, marca uma audiência para 6 meses depois. Ele errou e não quer consertar. Ele não conserta. Essa mulher, essa viúva que, às vezes, vai atrás de um depósito de Caderneta de Poupança que o marido deixou, que ela está ali para poder talvez até reformar a sua casa que está caindo. Cinco a 10 anos tramitando aquilo. Nós estamos defendendo não só a Justiça, mas esse também que vai lá para a porta e passa o dia todo, 12, 16 horas indo a sua casa com o trânsito de 70 quilômetros da Avenida Brasil, passa 3, 4 horas na Avenida Brasil e volta depois de 4 horas, começa a ser atendido 10 horas da manhã, mas tem que sair de casa 3 da manhã para voltar. Temos que defender também o cidadão que hoje está batendo à porta do INSS querendo a sua aposentadoria e ninguém está lá para atender ele, buscando muitas vezes a defesa do seu privilégio. Se ninguém tem coragem para dizer, eu falo, ainda que não dê divulgação, mas eu falo, defendendo o seu privilégio. Quando tem gente revoltada, jogando pedra nas vidraças, porque está com a porta fechada. As pessoas vão bater nos órgãos públicos ou no hospital. Tem gente, Deputada Perpétua, no corredor sem poder ser atendida. Temos que defender o profissional da saúde, sim, mas temos que defender esse povo que está morrendo, como ligou, do Hospital Souza Aguiar, uma pessoa para mim e diz: *“Interfere por mim, Deputado, pelo amor de Deus, porque estou com gangrena, a minha perna está para ser amputada e estão dizendo que não tem vaga aqui”*. Não há vaga no Souza Aguiar, não há vaga no Hospital Fulano de Tal. É dessa forma. É



esse povo que eu tenho compromisso de defender. É esse povo que eu vou defender com unhas e dentes. É esse povo que eu vou defender com a minha força, porque eu prometi e jurei defender essas pessoas. É claro, agora, não posso aceitar que o cidadão, quando o escrevente da Justiça erra, por 2, 3 vezes, ele faz uma pessoa esperar 5 anos por um erro de letra ou erro de informação de um serventário da Justiça. Isso não pode acontecer neste País. Não pode mais. O povo está sendo esclarecido. Não pode mais fazer pessoas sofrerem dessa forma para poder conquistar o seu direito como o do Sr. Antônio aqui. Sr. Antônio, mesmo havendo reconhecimento da SERASA, de que o senhor não devia nada, eles não ouviram o seu apelo e retiraram o seu nome, porque se o senhor não devia nada, eles tinham que ouvir, e o senhor provou, eles provaram também. Diz: *“Olha, esse cidadão aqui não deve nada, é um homem honesto, trabalhador, vamos tirar o nome dele aqui, vamos tentar reparar de alguma forma”*. Não foi assim que eles fizeram?

O SR. ANTÔNIO MORENO - Não retiraram e, após condenado, ainda mantiveram meu nome lá por um ano. Depois que foram condenados ainda.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Depois de condenado?

O SR. ANTÔNIO MORENO - Depois de condenado.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Quer dizer então que Justiça aqui para eles...

O SR. ANTÔNIO MORENO - Passaram por cima de tudo. Não deram a mínima.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Obviamente, o juiz que disse que o senhor não teve prejuízo deve ter chamado a SERASA lá e dito: *“Puxa, o que é isso? Vocês estão fazendo isso aqui com um trabalhador. Vamos reparar esse negócio. Ele deve ter feito isso ou não”*. É claro que isso aí não deve ter acontecido. Até parece que estou aqui contra a Justiça. Eu estou, não, sou a favor dela, mesmo porque acho que a Justiça está acima de vários poderes. Se nós falharmos aqui, a Justiça corrige. Se a Polícia falhar, a Justiça corrige. Se o Presidente da República falhar, a Justiça corrige. Mas nós também temos de pensar em cobrar da Justiça o seu papel. E não querer que por causa da Justiça o direito da viúva, do órfão, do desamparado, do fraco, do doente, seja usurpado. Isso a gente não pode querer. Às vezes, Sr. Antônio, a gente ouve por aí muito se falar mal dos Deputados. Nessa



audiência pública no Rio de Janeiro eu falava a respeito dessas coisas, e a gente via lá que tem o nome assim, *outdoor*, de alguns Deputados que votaram na CCJ, votaram a favor da admissibilidade, dizendo que é constitucional a medida que foi para lá, mas às vezes o Executivo manda para cá uma proposta e a proposta não é nossa, a proposta é do Executivo, mas quem paga somos nós. O cidadão vai esperar a gente com ovo podre, com tomate. E somos nós a esperança daqueles aqui na hora de votar, a esperança daqueles que estão querendo que a gente emende alguma coisa, não é, Deputada Perpétua? Quando já foi decidido pelos Governadores o que eles querem, pelo Presidente o que ele quer, mas somos nós que estamos sendo pressionados de tudo quanto é jeito como se a proposta fosse nossa. Pelo contrário, nós tentamos fazer uma emenda e às vezes ela não é nem é acatada, temos só que votar e às vezes votar o que foi decidido pela Liderança e muitas vezes nem concordamos com a Liderança. Mas a gente tem de votar e muitas vezes nem concordamos com a Liderança, mas a gente vota. Mas a esperança do povo é este Parlamento. Quero dizer uma coisa para o senhor. A gente está ouvindo o senhor, está falando e nós vamos trabalhar nesta CPI para que pessoas como o senhor, que não são poucas, pode ter até o livro que tem ali, livro feito, deve ter mais livros mostrando, se tem até livros é porque alguém estudou e tem muita gente prejudicada, vamos tentar punir, a Justiça vai punir, e também criar leis que impeçam, sugestão de leis que impeçam que esse tipo de coisa aconteça na vida dos senhores. Mas volto a dizer aqui, até então, até que venha o esclarecimento, que estou muito decepcionado com a Receita Federal da maneira como foi feita. O cidadão tem que pagar o imposto, 15%, 27,5%, mas a SERASA não tem que pagar coisa alguma. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reinaldo Betão) - Dando continuidade aos trabalhos, queria só fazer uma pergunta ao Sr. Moreno. O senhor era até do ramo de móveis na cidade do Paraná, Rolândia, mais especificamente, e o senhor teve sua empresa fechada e depois tentou em Tangará da Serra, Mato Grosso, também entrar no ramo da agricultura. Também não pôde e essa máquina a qual o senhor pegou em negócio, deu ao Banco do Brasil, aliás, o senhor deu um ...

O SR. ANTÔNIO MORENO - Vendi para uma determinada pessoa ..



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reinaldo Betão) - O senhor vendeu para um credor seu e na época essa máquina valia 41.000 reais.

O SR. ANTÔNIO MORENO - Quarenta e um mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reinaldo Betão) - E ela foi dada na dívida do Banco do Brasil por 500.000 reais.

O SR. ANTÔNIO MORENO - Quinhentos mil reais e o documento está aqui. Vou deixar este documento e os senhores vão ter oportunidade de ver a escritura lavrada a favor do Banco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reinaldo Betão) - Ficamos tristes em saber. O senhor querendo acertar sua dívida ... Sua máquina não tinha valor, mas quando o outro, ao fazê-lo, ela teve um valor 10 vezes mais do que ela valeria no mercado. O senhor também quando começou sua atividade com sua esposa e sua filha lhe foi negado o crédito devido a sua inclusão...

O SR. ANTÔNIO MORENO - Pelo meu nome estar na SERASA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reinaldo Betão) - Mas já tinha recebido essa indenização dos 100 salários, dos 100.000 reais referentes aos 500 salários?

O SR. ANTÔNIO MORENO - Não e deixei meu nome fora e coloquei o da minha esposa e minha filha para ver se conseguia, porque eu aí poderia até brigar com eles mais um tempo para ver se conseguia acertar as coisas direito. Mas aí também eles deram um jeito de não sair nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reinaldo Betão) - Mesmo a filha e a esposa do senhor não tendo o nome lá inserido lhe foi negado ...

O SR. ANTÔNIO MORENO - Foi negado, porque eles disseram que não iriam liberar o financiamento, porque, automaticamente, eu seria o gerente da empresa, porque era minha filha e minha esposa. *“Como marido, então, você, automaticamente, vai ser o gerente da empresa e você está com o nome na SERASA”*. Pronto. Uma explicação fácil. Aí o que me preocupa, com a permissão do senhor, a violência, e o povo sempre grita, porque a violência, e graças a Deus ainda tem gente pacífica, por uma hora dessa a gente quase perde a calma, porque a gente vê uma coisa absurda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reinaldo Betão) - Na primeira empresa sua esposa nem sua filha faziam parte da empresa, não?



O SR. ANTÔNIO MORENO - Não, não faziam parte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reinaldo Betão) - O contrato social, e o crédito lhe foi negado apenas por ser parente dela, esposa e pai.

O SR. ANTÔNIO MORENO - Exato. E vou dizer para o senhor, vou deixar isso daqui para o senhor vê com calma, que está aqui, está aqui o documento, está aqui o projeto do PROJER, do FAT, está aqui a negativa do Banco do Brasil, está a aprovação da Prefeitura, a Prefeitura aprovou, depois o Banco do Brasil negou, está aqui depois a escritura desse terreno para o Banco do Brasil, pagando a dívida e ainda eles tiveram o capricho de colocar o valor. Eles não colocaram um valor menor não, colocaram pelo valor alto mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reinaldo Betão) - Aqui o senhor cita que tem um prejuízo de mais de 3 milhões de reais, o senhor está com outra ação contra a SERASA?

O SR. ANTÔNIO MORENO - Não, não estou porque essa daqui já se refere à terra no Mato Grosso. Porque nessa mesma época, ainda eu tinha um pedaço de terra no Mato Grosso, mas também foi invadida por posseiro. Está aqui a documentação, foi invadido por posseiro e agora não tenho o que fazer. Não é posseiro, é , não é? Não tem o que fazer, porque não tem jeito de ir lá e tirar o grileiro. O grileiro está em cima de mais de 100.000 hectares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reinaldo Betão) - E esses hectares pertenciam...

O SR. ANTÔNIO MORENO - Está aqui a documentação, minha, quer dizer, perdi também, não tem o que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reinaldo Betão) - Depois dessas ações e de tudo, hoje o senhor vive de quê?

O SR. ANTÔNIO MORENO - É uma boa pergunta. A minha filha é psicóloga, graças a Deus, trabalha bastante, Eu com essa idade ainda trabalho, inclusive andei vendendo café, café torrado lá pelo Acre, por essa região toda, com uma kombi, e estou mantendo minha vida assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reinaldo Betão) - O senhor, de um próspero empresário, igual o senhor era na época até na cidade de Rolândia, Paraná, vizinha ali a Arapongas, o qual é um pólo moveleiro...



O SR. ANTÔNIO MORENO - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reinaldo Betão) - ... o senhor hoje está resumido a uma Kombi para vender café, de porta em porta e vivendo da ajuda da sua filha, a qual o senhor educou, criou, deu uma faculdade.

O SR. ANTÔNIO MORENO - Exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reinaldo Betão) - Conforme a lista de inscritos, concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Alberto.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, infelizmente não pude acompanhar o depoimento do Sr. Antônio Moreno, mas li aqui rapidamente o seu depoimento escrito e que me lembra que eu antes já tinha, não sei se por *e-mail* ou por carta, esse relato que o Sr. Antônio Moreno fez aqui na CPI. Evidentemente que a CPI não estava ainda instalada, mas já havia sido aprovada e encaminhado o processo de instalação; portanto, como este depoimento, outros depoimentos, outros procedimentos desenvolvidos pela SERASA chegaram às mãos de vários Parlamentares que passaram a constituir esta Comissão Parlamentar de Inquérito. E pelo que eu percebo aqui, o Sr. Moreno afirma, quer dizer, questionou o seu nome na lista de inadimplentes da SERASA, inclusive gostaria que o senhor sempre que possível retirasse esse termo lista negra, porque na verdade não é uma lista negra, é uma lista de inadimplentes, uma lista de devedores, ou de presumíveis devedores. Questionou a SERASA da informação que ela não deveria colocar na lista de cadastro, ou entrou com ação na Justiça, confirmou, portanto, a SERASA perdeu a ação, mesmo assim ela manteve o seu nome no cadastro. Isso, Sr. Presidente, revela, eu acho, que todos os depoimentos que já recebemos aqui de vítimas, poderia dizer assim, de vítimas do SERASA, porque as pessoas sendo inadimplentes e que devesse estar em algum cadastro de devedores, não poderiam passar por esses constrangimentos que na imensa maioria dos depoimentos têm sido demonstrado. A SERASA passou não só a ser uma empresa que cadastra inadimplentes, mas passou a ser uma empresa cobradora, utilizando métodos violentos, utilizando métodos que levam à tentativa de desmoralização inclusive das pessoas. Portanto, acho, e gostaria de sugerir que passássemos... esta CPI passasse ao estágio de uma efetivação em relação a ouvir o Procurador. Apresentei aqui um requerimento que foi aprovado. Um Procurador do



Ministério Público Federal de São Paulo, que tem uma ação civil pública, que questiona o convênio entre a SERASA e a União, através da Receita Federal e do Banco Central, que disponibiliza dados que são utilizados, dados inclusive sigilosos, eu fiz também um requerimento pedindo essas informações, quais são as empresas no Brasil que têm acesso a alguns dados que poderíamos aqui considerar, ou a lei considera, que são dados sigilosos e que portanto são utilizados por empresas privadas para ameaçar, inclusive as pessoas. Então, gostaria de sugerir que na próxima oportunidade pudéssemos já convidar o Procurador para que ele nos dissesse aqui quais foram as bases legais que ele utilizou para questionar esse convênio. Portanto, acho que esses depoimentos, como o do Sr. Moreno, já são suficientes para demonstrar que existe um procedimento criminoso da SERASA. Mais do que isso, estou pedindo também, apresentando requerimento, Sr. Presidente, a esta Comissão, pedindo a declaração de renda dos últimos 5 anos dessa empresa SERASA, para inclusive confirmar não só aquilo que já foi informado a esta CPI, de que a SERASA teria recebido da Receita Federal uma espécie de renúncia fiscal, ou seja, ela é isenta de pagamento de imposto de renda e checar inclusive uma informação dada aqui no último depoimento de que a SERASA fatura durante um ano, eu achei inclusive uma informação, um valor muito expressivo, cerca de 50 bilhões de reais ela fatura durante um mês, um ano, não, durante um mês. Então, estou solicitando as declarações de renda dessa empresa para que a CPI possa checar se essa informação é verdadeira ou se existe, o que é possível, que é provável, um processo também de sonegação fiscal, não só a questão da isenção mas também um processo de sonegação fiscal. Portanto, acho que esse depoimento do Sr. Moreno é bastante significativo, como a ação ilegal da SERASA leva a um processo de, não só desmoralização, mas de destruição da vida de uma pessoa. Destruiu uma pessoa, destruiu uma atividade produtiva e mais ainda acho estranho que esse relato, o Sr. Moreno disse, tentou vender um maquinário para saldar um débito de 41.000 reais. Não se aceitou, achando que esse valor ou esse bem não era suficiente, ele vende a um comprador, precisaria saber que comprador é esse...

O SR. ANTÔNIO MORENO - Está aqui no processo.



O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - ...que pega esse mesmo bem e negocia uma dívida de 500.000 reais, mais de dez vezes o valor que antes foi oferecido pelo Sr. Moreno. Então, é um verdadeiro processo de violação do direito das pessoas. Gostaria de saber do Sr. Moreno se ainda seu nome permanece inscrito nos cadastros da SERASA, já que existe sentença judicial.

O SR. ANTÔNIO MORENO - Na verdade, existe alguma coisa, sim, às vezes até com valor insignificante.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Mas eu pergunto desse processo que originou...

O SR. ANTÔNIO MORENO - Não, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - ...dessa dívida que originou o processo.

O SR. ANTÔNIO MORENO - Depois de 1 ano que eles foram condenados, aí eles tiraram. Um ano depois. Eu fui, tirei uma certidão e figurava lá.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Portanto, Sr. Presidente, ficam aqui minhas sugestões no sentido de que nós possamos passar uma fase, já uma outra fase nesta CPI. Acho que, inclusive eu recebi, hoje, no meu gabinete, uma correspondência de um advogado muito conhecido de nós todos, Abreu Dallari. Parece-me que é um advogado que está defendendo os interesses da SERASA, colocando-se à disposição desta CPI para ser ouvido, não é? Acho que a CPI precisa ouvir as sugestões que eu dei, mas também precisa já iniciar o processo de ouvir a própria SERASA, para que ela venha agora, então, a apresentar suas considerações em relação a todo esse leque de denúncias — algumas delas comprovadas — de violação de direitos e a sua própria prática como uma empresa que se declara de interesse público e promove verdadeiro massacre contra as pessoas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reinaldo Betão) – Deputado, esta Casa acata a sua sugestão, mas serão ouvidas as 2 partes. Essa pessoa que o senhor falou seria o Procurador Geral da República, lotado na Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de São Paulo, é o Dr. André de Carvalho? Ele já está convocado para o dia 22. Vinte e dois já está convocado para que ele possa vir a esta Casa para a audiência pública. Ele é convidado. Aliás, convocado não, convidado. Não havendo mais inscritos, eu vou conceder a palavra à autora do



requerimento, a nossa Deputada Perpétua Almeida, e, depois também ao Sr. Antônio Moreno, para as considerações finais.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Antônio Moreno, na semana passada, eu disse na tribuna da Casa que o crime organizado e o esquadrão da morte mantêm a sua lista dos marcados para morrer. E eu vivi isso no Acre, eu e minha família. O Rio vive isso, hoje, o Espírito Santo e vários Estados brasileiros. O crime organizado tem a sua lista, que se chama também lá de lista negra, dos marcados para morrer. E disse que a SERASA também tem a sua lista. A lista dos marcados à exclusão social. Porque o que aconteceu com o homem que foi gerente de 2 instituições bancárias, que foi um próspero empresário, e hoje resumir a sua vida em vender café torrado numa kombi, é empurrá-lo à lista dos excluídos do Brasil de hoje. Eu só queria encerrar dando uma lida num trecho do livro que fala das práticas abusivas da SERASA e do SPC. *“Na prática, a SERASA tornou-se uma espécie de tribunal de execução em afronta ao estabelecido pela Constituição Federal de 1998. Ao negativar o nome de uma pessoa física ou jurídica, em seus cadastros, repassando informações para inúmeras entidades financeiras que a mantém, demonstra ter poderes maiores do que o do próprio Estado. Considera o consumidor culpado e aplica-lhe penalidade sem que tenha havido a manifestação do Poder Judiciário, único órgão estatal capaz de dizer quem é realmente inocente ou culpado, após o devido processo legal. Para encerrar: “Não é demais lembrar que os efeitos decorrentes da inclusão do nome de uma pessoa física ou jurídica na SERASA são semelhantes ao de um protesto de título. Aliás, no caso de protesto de título, mesmo sendo indevido, é dada a oportunidade de se impedir a lavratura do ato cartorial. Em suma, a SERASA não funciona como simples banco de dados, serve como uma central de restrições, divulgando informações de conotação pejorativa despidas de precisão, e, portanto, causadoras de graves prejuízos às pessoas inscritas.”* Esse livro é de autoria de Carlos Androaldo Ramos. É alguém que também não está se conformando com a lista dos excluídos da SERASA. Eu queria agradecer aqui ao Sr. Antônio Moreno e dizer que o nosso papel de Parlamentares aqui nesta Casa é de investigar, investigar e investigar; ir até as últimas conseqüências para a gente obter a verdade e a punição de qualquer culpado, num processo como esse. O que nós



achamos é que os cidadãos brasileiros não podem mais ser expostos ao constrangimento e à exclusão social no Brasil de hoje. Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reinaldo Betão) - Não havendo mais inscritos para debater, concedo a palavra ao Sr. Antônio Moreno para suas considerações finais.

O SR. ANTÔNIO MORENO - Eu quero, de coração, agradecer-lhes esta oportunidade e dizer que hoje eu saio mais brasileiro, sou mais brasileiro hoje por esta oportunidade que os senhores me deram. Porque aqui estou expondo uma verdade. Não quero que outros passem pelo que eu estou passando e pelo que tenho passado. Mas quero ainda em tempo fazer um alerta. O sigilo do brasileiro está sendo exposto no exterior, porque a SERASA tem compromisso também com o MERCOSUL. O MERCOSUL se beneficia pela SERASA. Então, toda a população brasileira está sendo exposta. Vejam que é uma coisa talvez, mínima, pequena, diminuta, mas pode atingir uma proporção muito maior se o povo não for podado. Olha, muito agradecido a todos. Que Deus abençoe a todos e muito obrigado, Deputada Perpétua, que foi quem me indicou para esta oportunidade. Muito obrigado a todos que me ouviram. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reinaldo Betão) - Obrigado ao Sr. Moreno. Esta Casa irá até todos os recursos para que cidadãos igual ao senhor não fiquem expostos a essas situações. Agradeço a todos a presença. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, antes convocando reunião para o dia 22, terça-feira, às 14h30min, no Plenário 9, deste Anexo II, para deliberação de requerimento e audiência com a presença do Dr. André de Carvalho Ramos, Procurador da República, lotado na Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de São Paulo. Está encerrada a reunião. Uma boa tarde.